



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA**

**MUSEU VIVO DO SÃO BENTO: UMA POSSIBILIDADE DE EDUCAÇÃO NÃO
FORMAL NA REGIÃO TURÍSTICA BAIXADA VERDE/RJ**

DANIELA BRAZ DOS SANTOS

Orientadora: Prof.^a Dr^a. Marta Ferreira Abdala Mendes

Coorientadora: Prof.^a Dr^a. Verônica Pimenta Velloso

**Mesquita
2022**

DANIELA BRAZ DOS SANTOS

MUSEU VIVO DO SÃO BENTO: UMA POSSIBILIDADE DE EDUCAÇÃO NÃO
FORMAL NA REGIÃO TURÍSTICA BAIXADA VERDE/ RJ

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação e Divulgação Científica, apresentado como requisito para a obtenção do título de especialista em Educação e Divulgação Científica.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Marta Ferreira Abdala Mendes
Coorientadora: Prof.^a Dr.^a. Verônica Pimenta Velloso

IFRJ Campus Mesquita – RJ

2022

S237m

Santos, Daniela Braz dos.

Museu vivo do São Bento: uma possibilidade de educação não formal na região turística Baixada Verde/ RJ. – Rio de Janeiro: Mesquita, 2022.

46 p. il.

Trabalho de Conclusão (Curso especialização em Educação e Divulgação Científica do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação e Divulgação Científica.) do IFRJ / Campus Mesquita, 2022.

Orientadora: Prof. Dr^a. Marta Ferreira Abdala Mendes.

Co-orientadora: Prof. Dr^a. Veronica Pimenta Velloso

1. Museu vivo do São Bento. 2. Educação não Formal. 3. Baixada Verde. I. Santos, Daniela Braz dos. II. Instituto Federal do Rio de Janeiro. III. Título.

TCC/IFRJ/CMesq EDC/PG

DANIELA BRAZ DOS SANTOS

MUSEU VIVO DO SÃO BENTO: UMA POSSIBILIDADE DE EDUCAÇÃO NÃO
FORMAL NA REGIÃO TURÍSTICA BAIXADA VERDE/ RJ

Trabalho de Conclusão do Curso de
Especialização em Educação e Divulgação
Científica, apresentado como requisito para a
obtenção do título de
especialista em Educação e Divulgação Científica.

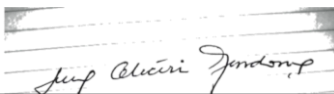
Aprovado em 13/01/2022.

Banca Examinadora



Prof.^a Dr.^a. Marta Ferreira Abdala Mendes - (Orientadora)

Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)



Prof.^a Dr.^a. Lúcia Glicério Mendonça - (Membro Interno)

Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)

Documento assinado digitalmente

gov.br

VERONICA PIMENTA VELLOSO

Data: 12/09/2022 10:21:57-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.^a Dr.^a. Verônica Pimenta Velloso - (Membro Externo)

Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os que fizeram, e que fazem e parte da minha caminhada pessoal e acadêmica, não foi simples para mim, e seria impossível sem estas pessoas. Primeiramente, aos meus amados pais Nina e José, que com todo amor, me deram suporte e me orientaram durante toda a vida, demonstrando que a base da evolução é educação. À minha irmã Daiana, que sempre me incentivou, me apoiou de diversas maneiras, me acompanhou em diversas decisões. À Samara, minha filha querida, que sempre esteve atenta para ouvir minhas novidades com amor, e que algumas vezes me acompanhou nas feiras e trabalhos da pós graduação. Ao meu sobrinho Arthur que já desde pequeno, demonstra curiosidade e interesse em saber o que faço. À minha amiga e colega de curso Marcell Soares, que me apresentou o curso de Especialização em Educação Científica, e me ajudou a sonhar com algo que eu ainda não sabia ser capaz de conquistar e realizar, estudou comigo, dividiu as angústias, o crescimento, os aprendizados e as alegrias de todas as etapas desta trajetória. E também, à minha cara colega de curso Raphaela Belmonte, que me incentivou a prosseguir quando eu me encontrava desmotivada, e que me ajudou de perto, principalmente na reta final deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento é a Deus, por me permitir passar por esta pandemia (que infelizmente ainda ocorre) com saúde e ao lado da minha família, e por ter possibilitado concluir esta pesquisa. Agradeço à Prof.^a Verônica Velloso, que foi base primordial para este trabalho acontecer, em tempos de tantas intercorrências, que afetaram minha vida acadêmica, foi persistente, disponível, me inspirou e incentivou. Agradeço à Prof.^a Marta Abdalla, que me mostrou, com muita leveza e dedicação que o objetivo não estava tão distante quanto eu pensava, me abriu possibilidades de participar da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2021, IFRJ Campus Mesquita, mostrando um dos vieses desta pesquisa, ajustou o que foi necessário e caminhou comigo até aqui. À toda a equipe docente, administrativa e de apoio do IFRJ Campus Mesquita, que muito me ensinou e que principalmente, me acolheu e ocupa parte importante desta história. Agradeço aos meus familiares, e a cada um dos amigos de turma, carinhosamente “turminha”, pela ajuda e incentivo, e principalmente, por serem impecáveis referenciais para mim. Agradeço a todos os educadores precursores do ensino público de qualidade, e aos que com todas as dificuldades, antigas e novas, ainda persistem e resistem na busca de contribuir para modificação da realidade social do nosso país através da educação, ainda iniciante, me alio a vocês nesta missão.

“O mundo é formado não apenas pelo que já existe, mas pelo que pode efetivamente existir.” (Milton Santos)

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de investigar o papel do Museu Vivo do São Bento como espaço de educação não formal, no projeto turístico Baixada Verde. Situado no município de Duque de Caxias/RJ, o Museu Vivo do São Bento é identificado como um ecomuseu de percurso, ocupando uma área territorial extensa, constituída por prédios históricos, sítio arqueológico, configurando um patrimônio histórico-cultural e natural. A partir do entendimento de educação não formal articulado à formação dos ecomuseus e às relações com o turismo, apresentamos as principais atividades realizadas pelo espaço museal. Dessa forma, o estudo caracteriza-se por um estudo de caso, desenvolvido mediante revisão bibliográfica incluindo consultas ao *site* e as redes sociais da instituição. As análises teóricas identificaram o debate sobre a região como uma oportunidade de criar conexões e atrelar agendas do museu com o turismo, com apelo histórico e ao desenvolvimento regional. Nossa análise aponta que o Museu Vivo de São Bento evidencia-se como um espaço de educação não formal que vem preservando o patrimônio sócio histórico, resgatando a autoestima dos moradores através de ações educativas emancipatórias, além de contribuir para o turismo da região da Baixada Fluminense.

Palavras-chaves: Baixada Verde. Educação Não Formal. Museu Vivo do São Bento.

ABSTRACT

This research aims to investigate the role of Museum Vivo de São Bento as a space for non-formal education in the Baixada Verde tourist project. Located in the municipality of Duque de Caxias / RJ, the Living Museum of São Bento is identified as an ecomuseum on the way, occupying an extensive territorial area, located by historic buildings, archaeological site, configuring a historical-cultural and natural heritage. From the understanding of non-formal education articulated with the formation of ecomuseums and relations with tourism, we present the main activities carried out by the museum space. Thus, the study is independently based on a case study, developed through a literature review including consultations on the institution's website and social networks. Theoretical analyzes identified the debate on the region as an opportunity to create and link museum agendas with tourism, with historical appeal and regional development. In this way, we present the Museum Vivo de São Bento as a space for non-formal education that has been preserving the socio-historical heritage, restoring the self-esteem of residents through emancipatory educational actions, in addition to contributing to tourism in the Baixada Fluminense region.

Keywords: Baixada Verde. Non-Formal Education. Museu Vivo do São Bento.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. ECOMUSEU: QUESTIONAMENTO AOS MUSEUS TRADICIONAIS	13
1.1. O Museu Vivo de São Bento: criação e história da região da Baixada Verde	19
2. A CRIAÇÃO DO ECOMUSEU MUSEU VIVO DO SÃO BENTO	22
2.1 O Ecomuseu Museu Vivo do São Bento e a Educação Não Formal.....	23
2.2 O Ecomuseu Museu Vivo do São Bento e o Turismo da Região	25
2.3 Museu Vivo do São Bento: o percurso e seus patrimônios (naturais e edificados).....	26
2.4 Atividades Desenvolvidas pelo Ecomuseu Museu Vivo do São Bento ...	31
3. O ECOMUSEU MUSEU VIVO DO SÃO BENTO E O PROJETO TURÍSTICO REGIONAL BAIXADA VERDE	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41

INTRODUÇÃO

Utilizando conceitos abrangentes de localização, a Baixada Verde é parte da região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, conhecida como Baixada Fluminense que fica ao norte da metrópole brasileira/capital do estado homônimo. Baixada Fluminense, por sua vez, é um termo polissêmico, conforme mencionado por Braz; Almeida (2019), e que de acordo com os autores, diverge segundo os interesses dos pesquisadores, podendo assumir uma vertente geográfica, econômica, política e cultural diferenciadas. Para Simões (2006), também, não há um consenso sobre a delimitação da Baixada Fluminense e a cada pesquisa são abertos novos debates sobre a composição da região, em decorrência das escolhas diferenciadas consideradas pelos pesquisadores.

A escolha do recorte turístico traz uma delimitação mais recente e bem delineada, apoiada nas diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), do Ministério do Turismo, que desde 2017 passou a usar a nomenclatura regional Baixada Verde e não Baixada Fluminense quando se refere aos aspectos turísticos regionais.¹ Essa delimitação turística ratifica as constatações citadas por Braz e Almeida, e por Simões, primeiro pela complexidade que as delimitações regionais podem carregar, e segundo pela promoção de um novo debate sobre o que pode ser compreendido como Baixada Fluminense

Dentro de um grupo de dez municípios pertencentes à região turística Baixada Verde, composto por Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, São João de Meriti e Seropédica, há apenas três museus cunhados sob os aspectos da Nova Museologia²: a Casa da Memória da Rede Fitovida, o Memorial Iyá Davina e o Museu Vivo do São Bento.

¹ Mapa do Turismo Brasileiro 2017, p.118. Ministério Do Turismo. Secretaria Nacional De Estruturação Do Turismo. Departamento De Ordenamento Do Turismo. Coordenação–Geral De Mapeamento e Gestão Territorial Do Turismo. Disponível em: <<http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/pdf/mturmapaturismobrasileiro2017112410APROV ADO.pdf>> Acesso em 23 dez.2021.

² Segundo Brulon (2015), Nova Museologia é um termo criado em 1980, pelo museólogo francês, André Desvallés, para definir um movimento internacional de resgate das origens da museologia (em curso

Criada em 2009, a Casa da Memória da Rede Fitovida (em Belford Roxo), possui um grupo voluntários que realiza atividades de troca de saberes tradicionais sobre ervas medicinais. O grupo faz parte de uma rede de mais de cem grupos voluntários em todo estado do Rio de Janeiro. Integrado a esta atividade, são desenvolvidos trabalhos com jovens moradores do bairro de Santa Maria (SIMÃO, 2019).

O Memorial Iyá Davina³, iniciou as atividades em São João de Meriti, em 1997, quando a neta de Iyá Davina, Mãe Meninazinha D'Oxum, inaugurou um memorial do Candomblé. O Memorial é composto por acervo material que agrega objetos religiosos sagrados e imaterial, que compreendem os saberes tradicionais da gastronomia sagrada. Nascido da união com o Terreiro Ilê Omolu Oxum, o memorial foi oficialmente criado no ano de 2007. O Museu Memorial Iyá Davina realiza um trabalho social, que nos anos de 2020 e 2021, durante a pandemia de covid-19, chegou a ajudar na alimentação de mais de trezentas famílias.

E por fim, o Museu Vivo do São Bento (MVSB), criado em Duque de Caxias - RJ no ano de 2008, atuante em toda a região da Baixada Fluminense. O MVSB é o único da categoria ecomuseu da região, onde destaca-se o equipamento cultural no território, abriga patrimônios protegidos, e projetos de educação não formal, possibilitados pela ação comunitária. Por seu conjunto, o Museu Vivo do São Bento demonstra relevância propícia para o turismo, na região turística recentemente criada: a Baixada Verde

A preferência justifica-se, mais uma vez, pela notoriedade do Museu Vivo do São Bento na categoria ecomuseu, pelo patrimônio material, imaterial e natural presentes no percurso que o compõe. O ecomuseu é mencionado como um ponto de interesse turístico no Plano Estratégico de Turismo da Baixada Verde (2017), e no trabalho de inventariação da oferta turística realizado pelo Observatório de Turismo e Lazer da Baixada Verde da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

A história da institucionalização do Museu Vivo do São Bento, desde sua idealização, baseia-se na atuação tanto na área da educação não formal como na

desde 1970), apoiado na corrente da museologia crítica originada nos centros acadêmicos e também na ideia do museu como um instrumento social.

³ Para mais informações sobre o Memorial, ver 1 vídeo (7 min). Publicado pelo site Globo Play. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/9689747/> > Acesso em 28 mar 2022.

área do turismo regional. O museu foi criado por professores da rede municipal de ensino e por militantes da cultura da cidade, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, em 2008, com o propósito de investigar, resgatar, referenciar, registrar e contar a história da cidade. Dentre diversos aspectos, o recorte geográfico do MVSb é destacado na Lei municipal nº 2224 de 03 de novembro de 2008, que o oficializa: “[...] território do Grande São Bento no município de Duque de Caxias” (DUQUE DE CAXIAS, 2008, cap. I, art. 2º); e a tipologia pertencente: “Caracteriza-se como museu de percurso, também denominado de museu de território e ecomuseu” (DUQUE DE CAXIAS, 2008, cap. I, art. 2º).

As designações de museu de percurso ou território e ecomuseu são explicadas, em parte, por sua área extensa herdada da ordem religiosa Beneditina que ali se instalou no século XVI. A área possui várias edificações antigas e outras mais recentes, constituindo um patrimônio arquitetônico datado em parte da época da colonização portuguesa, além de possuir acervo arqueológico que remonta ao período pré-Cabralino, com registros da presença de povos indígenas brasileiros e outros registros da resistência quilombola. Além disso, o Museu Vivo do São Bento ocupa uma área territorial extensa de aproximadamente 102 km², constituindo um patrimônio natural significativo para a região⁴.

O ecomuseu Museu Vivo do São Bento se adequa à proposta da Nova Museologia, com base na ressignificação de memórias, busca identitária, integração do território e de diversos aspectos imateriais de patrimônio. A designação ecomuseu foi criada em meio aos questionamentos sobre museus tradicionais, de perspectiva eurocêntrica e colonial, o que possibilitou reflexões sob perspectiva crítica relativas ao papel dos museus, baseando este “novo modelo” sobre, e a partir da influência da região onde estão localizados. Conforme é intencionado por Duarte (2013), a Nova Museologia deve ser reconhecida como um movimento de larga abrangência teórica e metodológica, que se origina sob a ação de franceses e anglo-saxões, ambas “vertentes” mencionadas pela autora, complementam-se, e diversas vezes sobrepõem-se, sendo atual na busca pela renovação, a fim de que o movimento não seja reduzido a um termo em detrimento a própria complexidade que ele acarreta.

⁴ Site Mapa de Cultura. Disponível em: <<http://mapadecultura.com.br/manchete/museu-vivo-de-sao-bento>> Consulta em 06 mar. 2022.

Embora todas as atribuições contidas na lei municipal de criação do museu (Lei nº 2224, de 03 de novembro de 2008) estejam interligadas e sejam indissociáveis, duas dessas atribuições convergem objetivamente à finalidade desta pesquisa: a segunda “Promover a educação patrimonial nas instituições educativas e junto às comunidades da cidade” (DUQUE DE CAXIAS, 2008, cap. II, art. 6º, inc. II); e a quinta “Promover o turismo histórico e patrimonial no município de Duque de Caxias e na Baixada Fluminense” (DUQUE DE CAXIAS, 2008, cap. II, art. 6º, inc. V). A própria legislação do Museu Vivo do São Bento orienta que suas atividades sejam baseadas na promoção da educação patrimonial e na atividade turística convergindo com os objetivos desta pesquisa.

Diante desta perspectiva educacional e turística de ação do ecomuseu, nossa pesquisa teve como objetivo geral: compreender o papel do Museu Vivo do São Bento na categoria ecomuseu, baseado na reflexão da Nova Museologia e nas interligações entre a categoria e a educação não formal. Como objetivos específicos: apontar a inserção e delimitação da Baixada Fluminense sob a ótica da regionalização turística; identificar os aspectos da educação não formal na constituição e atividade do Museu Vivo do São Bento. Neste intuito, tomamos como base metodológica a realização de um estudo de caso pela investigação aprofundada da instituição, considerando seu contexto e a revisão bibliográfica com análise de artigos, livros, documentos disponibilizados em sites como: *Google Scholar*, *You Tube*, repositórios de artigos e teses (USP, UFRRJ, UNIRIO, CEFET), revistas acadêmicas, *blogs*, *sites* jornalísticos, *sites* de órgãos oficiais municipais e federais. Nossa abordagem procurou discutir as relações entre ecomuseus e a nova museologia, a educação não formal, as possibilidades de atividades turísticas a partir de bibliografia sobre ecomuseus e turismo e diretrizes do Ministério do Turismo para o turismo cultural segundo o projeto Baixada Verde e as atividades desenvolvidas pelo museu.

1. ECOMUSEU: QUESTIONAMENTO AOS MUSEUS TRADICIONAIS

O conceito de ecomuseu é oriundo do movimento da Nova Museologia, cunhado a partir da reflexão sobre papel do museu na sociedade. Sendo o museu, em sua origem, uma instituição sociocultural, este movimento eclodiu em meio à busca de solucionar o distanciamento entre os museus e a sociedade que ocorria na década de 1920. Naquela época, a saída dos departamentos de Antropologia dos museus, para

então integrar os espaços das universidades, fez com que as ações museais passassem a ser exclusivamente o trabalho de profissionais de Museologia. Esta exclusividade provocou uma cisão no papel social do museu, favoreceu os aspectos técnicos, conceituais, metodológicos nas instituições e promoveu, em alguma medida, o distanciando gradativo do público.

O formato estrito de museu, que teve como base apenas o trabalho de profissionais da museologia, contribuiu para o detrimento da própria Museologia, já que esta área de conhecimento faz parte da grande área das Ciências Humanas, não podendo ser separada de seu meio. Sendo, assim, os museus da época não comportaram a complexidade dos problemas reais, e deixaram de atender às demandas sociais políticas e culturais, restringiram-se à função de cuidar do patrimônio ali resguardado (DUARTE, 2013).

A proposta de renovação da atuação das instituições museais surgiu no contexto do movimento de contracultura, da década de 1970, que provocou uma ruptura nos padrões do que se conhecia como cultura. Em 1971, a IX Conferência Geral de Museus do ICOM, realizada na cidade francesa de Grenoble, levou como temática “O Museu a serviço dos homens, hoje e amanhã” (DUARTE, 2013, p.113). Este evento teve como ponto alto a criação do termo ecomuseu por Hugues de Varine⁵, que à época dirigia o Conselho Internacional de Museus (ICOM).

Tal fato fortaleceu as discussões no ano seguinte, em Santiago do Chile, com a realização de um evento pensado e organizado para levar as contribuições de profissionais de outras áreas de conhecimento para os museus. Profissionais das áreas de urbanismo, agricultura, tecnologia e educação, a fim de tratarem especificamente da América Latina, palestraram sobre o desenvolvimento mundial aos museólogos ali presentes, reforçando como outras áreas de conhecimento poderiam e deveriam contribuir para a renovação da museologia. Pois, conforme Rosa (s.d.), os modelos ditos tradicionais de museu eram amostras hegemônicas, compostos pela tríade edifício, coleção e público, por muitas vezes, espaços elitizados

⁵ Hugues M. de Varine-Bohan, mais conhecido como Hugues de Varine, é um arqueólogo, historiador e museólogo francês. Disponível em: < <https://historiadamuseologia.blog/hugues-de-varine/>> Consulta em 23 dez.2021.

e dogmatizados pelas memórias ali representadas. Desta forma, o modelo tradicional de museu não condizia com a necessidade de representação identitária que surgia.

Segundo Duarte (2013), esse foi um período de clamor por mudanças teóricas e metodológicas das instituições museais nos países europeus, reforçado pelo avanço do declínio da visitação aos museus, aliado ao posicionamento da classe artística que optava por locais alternativos para expor as expressões artísticas daquele movimento. Naquele contexto, foi concebida a Carta de Santiago do Chile (em 1972), produto de uma discussão sobre o ajuste do papel dos museus, que apesar de todo avanço técnico, não acompanharam a evolução dos novos problemas e demandas da sociedade, tornando o modelo da época obsoleto à sua proposta inicial. A renovação proposta na Carta de Santiago foi um dos primeiros registros oficiais do que viria a se tornar o movimento conceitual da Nova Museologia, que assumia a multidisciplinaridade dos museus e previa a participação de outros profissionais, como profissionais das Ciências Sociais, que viriam a compor de maneira mais completa o quadro das instituições, Carta de Santiago (1972). Dentre outros aspectos, foi enaltecida a relação entre museu e sociedade, já que as instituições museais são essencialmente pertencentes ao grande complexo social, bem como a ação local e regional dos museus, sem exageros técnicos em suas apresentações, tornando-os mais acessíveis para o público e não apenas para uma parcela da sociedade (BRULON, 2015).

Este movimento foi um marco para a popularização do conhecimento existente nas instituições museais, além de atribuir a implementação do fator multidisciplinar como necessário para o aproveitamento adequado dos museus, abrindo as portas destas instituições para diversas áreas de conhecimento de forma a torná-los mais abrangentes. Com direcionamentos voltados para o meio rural, identificaram a necessidade de conscientização dos problemas locais. Também houve o destaque em relação ao desenvolvimento científico e técnico, como descentralização de ações, como exposições itinerantes, ressaltando que o alinhamento dos museus com os órgãos oficiais de desenvolvimento tecnológico e científico, de acordo com cada país, seriam fundamentais para a evolução e manutenção destas instituições (BRULON, 2015).

Ainda dentro das diretrizes da Carta de Santiago (1972), destacaram-se a necessidade de alinhamento às demandas reais da população do entorno dos museus, como também o encaminhamento sobre a função dos museus como agente de educação permanente perante as comunidades. Na tentativa de uniformizar as ações, foi recomendada a criação do serviço educativo para a promoção de ações internas e externas aos museus; a integração dos museus à política nacional de ensino; a abrangência com recursos de audiovisual das ações dos museus a fim de alcançar escolas e ambientes rurais; a descentralização de acervo e se possível a multiplicidade de peças para que fosse possível trabalhar interna e externamente os acervos; incentivo às escolas para a educação patrimonial, com a formação de coleções e exposições próprias relacionadas à cultura local e a exigência de serviço educativo para a formação de professores em todos os níveis de ensino.

Foi deliberada também, a criação da Associação Latino Americana de Museologia (ALAM), instituição afiliada ao ICOM aberta a todos os museus, profissionais de museus, estudantes e pesquisadores de museologia. Para a museóloga Scheiner (2012, p.23), “a proposta da ALAM relaciona a eficácia do engajamento social dos museus à participação de seus profissionais”, a pesquisadora ressalta a importância da qualificação profissional para os trabalhadores dos museus. A Associação seria um avanço no que tange a comunicação do museu com seu meio, promoveria um intercâmbio de informações com outros museus, não fosse o contexto Latino Americano da época, marcado por governos autoritários de direita, o que inviabilizou a implementação da proposta.

Diante da reafirmação do papel social dos museus, há um maior peso à tipologia ecomuseu, criada por Hugues de Varine e registrada na Carta de Santiago. Como destaca Barbuy(1995), o ecomuseu tornou-se um símbolo da busca de um modelo renovado de museu, que contempla a interação entre instituição e sociedade como seu papel principal. Este estímulo pela integração entre público e museu pode ser percebido na Europa, especialmente na França, berço das reflexões que levaram ao movimento da Nova Museologia que foi influenciada pela atuação do criador do ecomuseu e antecessor de Hugues de Varine na Direção do ICOM, Georges Henri Rivière.

Segundo Barbuy (1995), o desenvolvimento dos museus franceses, na década de 1980, deu-se através da política pública em torno do patrimônio cultural, que utilizava como ferramental a valorização da identidade, os potenciais culturais, econômicos, físicos e territoriais. Além disso, a proposta do precursor dos ecomuseus, Georges Henri Rivière (primeiro diretor do ICOM) trazia a tríade da gestão das estas instituições, composta pelos comitês de gestão (administradores), de usuários (comunidade) e o científico (academia). Os parques regionais e sua configuração, conectados com o meio ambiente e território, foram caracterizando o que viria a ser um ecomuseu. Rivière foi criando redes entre os demais museus, promovendo a aliança entre patrimônio e cultura, e num aprofundamento em pesquisas e coletas de acervo.

A partir daquele processo inicial, o ecomuseu amplia-se pautado na interdisciplinaridade, pois pode agregar em seu quadro participativo e de gestão profissionais de diversas áreas do conhecimento, e até pessoas com conhecimentos não acadêmicos, mas que participam do contexto do ecomuseu de alguma maneira. É demarcada nesta tipologia, a socialização, o olhar voltado para as comunidades vizinhas aos seus prédios, e ainda uma renovação de olhar sobre os museus, deixando para trás o aspecto de apenas conservação arraigado até então (BARBUY, 1995).

Com os ecomuseus, foi possível agregar como parte dos acervos bens móveis, imóveis além de territórios, espécies vivas, unindo também os bens imateriais, expandindo o que era tratado como patrimônio pelos museus. Com isso, o ecomuseu evidencia a experiência originadas na memória oral local, saberes e fazeres tradicionais de comunidades e de seus territórios, e o modo de vida rural característico dos campos franceses (BARBUY, 1995).

Retomando o movimento da Nova Museologia, para Brulon (2015), a dimensão intercontinental do movimento foi demarcada nos anos finais da década de 1980, com a disseminação dos museus chamados de “sociais” pelos Portugueses e Espanhóis, o que resultou na criação de outros tipos de museus, chamados “comunitários”, originados dos museus de vizinhança que marcaram época na década de 1960 nos EUA. A chegada da Nova Museologia ao Brasil ocorreu em 1990, se fortalecendo até os anos 2000, como em toda a América Latina, com particularidades locais. Segundo

Brulon, o ecomuseu foi concebido não como um modelo, mas uma maneira de conceber os museus comunitários, baseando-os nos diferentes contextos sociais, agregando e valorizando grupos marginalizados pela hegemonia, sendo esta desestabilizada então através de novos regimes de requalificação

Os estudos de Duarte (2013) complementam a compreensão da Nova Museologia, como sendo um movimento múltiplo, chamada museologia ativa, que agrega não só o ecomuseu, mais também as demais variações anteriormente mencionadas. A autora realça, também, a importância do desenvolvimento do museu integrado às populações, a renovação conceitual em prol da centralização dos museus na função social, o uso de mecanismos interdisciplinares unindo a instituição às populações.

O período de redemocratização, ocorrido a partir da década de 1980 no Brasil, foi considerado por Santos (2017), um ambiente crucial para o aumento no número de iniciativas museológicas sociais em todo o território nacional. O país teve museus já consolidados, influenciados pelos caminhos sociais propostos pelo movimento da Nova Museologia. Ainda, em levantamento cartográfico sobre os Ecomuseus e Museus Comunitários do Brasil feito ao longo dos anos de 2015 e 2017, o estado do Ceará se destaca entre os demais estados brasileiros, ocupando sozinho a faixa de trinta e uma a quarenta iniciativas museais desta linha. Seguindo a faixa de 31 a 40 museus, seguem os estados Rio Grande do Sul e também Rio de Janeiro (SANTOS, 2017).

Percebemos, no entanto, que a realidade do estado do Rio de Janeiro não refletiu na mesma intensidade na região da Baixada Verde, sendo possível identificar apenas três iniciativas de museologia social na região como já citadas: a Casa da Memória da Rede Fitovida (em Belford Roxo) atuante nos Grupos Comunitários do Estado do Rio de Janeiro que trabalham com plantas medicinais, criada em 2009; o Museu Vivo do São Bento (em Duque de Caxias) criado em 2008, atuante em toda a região da Baixada Fluminense; e por fim, o Memorial Iyá Davina (em São João de Meriti), que atua no Terreiro Ilê Omolu Oxum e criado em 2009. Diante deste panorama, vamos nos deter nas características e ações, especificamente, do ecomuseu Museu Vivo do São Bento.

1.1. O Museu Vivo de São Bento: criação e história da região da Baixada Verde

Localizado na cidade de Duque de Caxias (RJ), o Museu Vivo do São Bento, em bairro homônimo, foi concebido em 1990 a partir da inquietação e luta de militantes locais e profissionais da educação acerca das narrativas consolidadas sobre a região da Baixada Fluminense. Esta busca foi o ápice do reconhecimento da importância histórica da região do Grande São Bento, espaço que integra bens patrimoniais, históricos e naturais do percurso ampliado de visitação do Museu Vivo do São Bento.

Conforme relato da historiadora e também gestora do Museu Vivo do São Bento, Marlúcia Santos, concedido em entrevista ao canal do *Youtube* “Daqui pra frente, Baixada Fluminense” em 2019, a história da região do Grande São Bento é indissociável da história de construção do Rio de Janeiro e do Brasil, pela confluência internacional, pela troca com povos de diversos países que ali contribuíram de maneira relevante com políticas públicas e para o desenvolvimento da Ciência nacional. Os fatos que ocorreram na região do Museu Vivo do São Bento perpassam por diversos períodos da história como o pré-Cabralino, pré-colonial, colonial até os dias atuais.

Muito antes da presença portuguesa na região do São Bento, vestígios arqueológicos encontrados na localidade demarcaram a presença dos primeiros habitantes do entorno da Baía de Guanabara, os chamados povos das conchas. Aqueles povos antecederam a presença dos povos indígenas tupinambás naquela região, e foram os ancestrais dos habitantes da Baixada Fluminense, que povoaram no entorno da Baía da Guanabara há cerca de quatro mil anos (BEZERRA; BARÃO; RIBEIRO 2020).

Em 2010, o Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB) - em parceria com Departamento de Arqueologia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) - escavou a região como medida compensatória das obras da Rodovia Raphael de Almeida Magalhães, conhecida como Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. A escavação resultou no achado de vestígios materiais daqueles povos, inclusive de esqueletos humanos, sendo que dois permaneceram no local. Também foram descobertos na região do Grande São Bento, três sítios arqueológicos: o

Sambaqui do São Bento I, Sambaqui do São Bento II, e Sambaqui do Iguaçu que fica na entrada da antiga Cidade dos Meninos⁶.

Da colonização portuguesa na localidade (1565) restaram edificações como a sede da Fazenda Iguaçu e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor, ambos imóveis tombados pelo IPHAN como complexo da Fazenda Iguassú. A região fez parte da divisão em sesmarias e foi doada como premiação a Cristóvão Monteiro pela defesa do ataque francês pela Baía de Guanabara. O povoamento do local foi estratégico naquela época para reafirmar a proteção contra uma possível nova invasão francesa pelas águas da baía, conforme informações do site da Câmara Municipal de Duque de Caxias (2021):

O povoamento da região data do século XVI, quando foram doadas sesmarias, durante a expulsão dos franceses que haviam invadido a Baía de Guanabara. Um dos agraciados foi Cristóvão Monteiro que recebeu terras, em 1565, às margens do rio Iguaçu, que formaram a Fazenda do Iguaçu, sendo a mesma, mais tarde, adquirida pela Ordem de São Bento, tornando-se então a mais antiga e importante fazenda localizada na região que hoje constitui o município de Duque de Caxias. (DUQUE DE CAXIAS, 2021).

De acordo com Braz; Almeida (2019), após a morte de Cristóvão Monteiro, a Marquesa Ferreira, viúva dele, resolveu doar uma parte da fazenda à Ordem do São Bento do Rio de Janeiro. Tempos depois, a outra parte das terras foi adquirida pela Ordem dos Beneditinos, que conforme Rodrigues (2006, p.23), “[...] constituíram uma das maiores e mais antigas fazendas do Brasil: a Fazenda Iguassú”. A historiadora Marlúcia Santos de Sousa ressalta, em seu relato, a existência de documentos, edificações e objetos da época da ocupação Beneditina, que perdurou por mais de três séculos (1591-1922). E afirma, inclusive, a existência de um inventário da Fazenda Iguassú, que foi publicado em Diário Oficial da União à época. A publicação foi decorrente da passagem daquelas terras das mãos da Ordem Beneditina para a União, devido à falta de quitação pela instituição religiosa do valor integral da hipoteca da fazenda.

Percebemos, também, no relato da historiadora Marlúcia Santos, os diversos usos e políticas públicas implantadas naquela região, após a tomada da fazenda pela União como: os primeiros experimentos dos projetos de higienização do Rio de Janeiro; o

⁶ Instituição criada na década de 1940 para o ensino de trabalhos rurais a meninos filhos de colonos da Fazenda Iguassú.

combate às endemias rurais da época (malária, e febre aftosa); trabalhos em prol do melhoramento na produção de alimentos e sementes e a produção de medicamentos entre diversos experimentos científicos que contribuíram para a construção da história da ciência nacional. Em 1910, a região recebeu a primeira Comissão de Saneamento Básico, através da empresa Pro Melhoramentos, no governo do Presidente Nilo Peçanha, e ainda outras duas nos governos do Presidente Epitácio Pessoa e Getúlio Vargas. A empresa foi desfeita em 1931 e assim novos usos foram sendo estabelecidos na região.

A região do São Bento já foi fundamental para a produção de alimentos, sendo implantado um núcleo colonial para garantir o abastecimento de alimentos para a capital federal, Rio de Janeiro, em 1932. Desta maneira, o Núcleo Colonial São Bento, unido ao Núcleo Colonial de Santa Cruz, ao Núcleo colonial Duque de Caxias e ao Núcleo Colonial do Tinguá, em Nova Iguaçu formavam um cinturão verde. A atividade agrícola foi contemplada naquela região também com uma estação fitossanitária, em 1938. Após algum tempo de funcionamento, se transformou no Centro Pan-Americano de Febre Aftosa, uma estação nacional com o objetivo de controle das endemias rurais e o melhoramento a produção vegetal. Complementando esta função, o Ministério da Agricultura instalou no bairro duque-caxiense, Parada Angélica, um campo de multiplicação de sementes.

Foram citadas pela historiadora ainda outras políticas, como a construção da Cidade dos Meninos (1942); o serviço de Malariologia; a fábrica de profilaxia, onde eram desenvolvidos medicamentos para o combate às endemias rurais e pesticidas; hospitais e a construção da Vila Malária e do primeiro laboratório de pesquisas para combate a esta doença no Rio de Janeiro.

A ocupação da região ocorreu de maneira diversificada e sem planejamento, já que trabalhadores temporários alemães, portugueses e italianos passaram por ali e permaneceram. Em 1961, o Núcleo Colonial do São Bento foi extinto, caracterizando um processo de transformação urbana, que eclodiu em 1990 com a ocupação dos entornos dos Rios Sarapuí e Iguaçu e sofreu com a ameaça da especulação imobiliária.

2. A CRIAÇÃO DO ECOMUSEU MUSEU VIVO DO SÃO BENTO

O processo de construção do Museu Vivo do São Bento foi apoiado pelas lutas dos educadores. Além do museu, outras conquistas frutificaram como: a criação do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense (CEPEMHed) e do Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias (CRPHmDC). Ambos foram concebidos no ano de 2005, por decretos municipais que foram transformados, posteriormente, em leis. O Centro de Referência - que tem por finalidade desenvolver ações de resgate, preservação e guarda do patrimônio municipal, estabelecendo espaços museais na cidade - passou a nomear o percurso para o Sítio Arqueológico como Museu Vivo do São Bento. Porém, disputas de terra existentes na região do Museu Vivo do São Bento geraram uma ameaça que colocava em risco a integridade da instituição, motivando estas entidades a mobilizarem a população através da campanha “SOS Sambaqui do São Bento”.

O incentivo à preservação dos vestígios históricos motivou a organização em prol da arrecadação de fundos em razão da compra do terreno, já que se tratava de área particular ocupada há muitos anos. Em novembro de 2008, o governo municipal reconheceu a reivindicação dos militantes da cultura local e educadores, oficializando através de lei: o museu de percurso denominado Museu Vivo do São Bento; o Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHed), o Arquivo Público Municipal; o Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias.

É importante destacar que todas essas instituições são de participação paritária entre governo e sociedade civil e constam no âmbito da Secretaria Municipal de Educação. Com isso, buscou-se a representatividade da população através da atuação nestas instituições, influenciando nas políticas públicas ali propostas e discutidas. Este resultado pode ser atribuído à pressão popular, bem como, resultante das ações destes organismos em torno da preservação do patrimônio, memória e história da região.

Os aspectos nos quais se alicerçam o Museu Vivo do São Bento se entrelaçam também, com a história da Associação de Professores-Pesquisadores em História da Baixada Fluminense (APPH-CLIO), formada por docentes da rede de ensino

municipal, sindicato e docentes do Departamento de História da Faculdade de Duque de Caxias (FEUDUC). A APPH-CLIO promovia através dos trabalhos dos membros dos associados o registro e a ressignificação da história do município de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense, ao realizar pesquisa de história oral, documentando-as e, por consequência, buscando a apropriação de novos discursos expostos por moradores locais, colhidos em trabalho de campo, dando protagonismo à população. Essa recuperação, como destaca Nascimento (2018, p.13), contribuiu “[...] no reescrever da história oficial da cidade e o restabelecimento da conexão do indivíduo com a região”.

O trabalho realizado com o apoio da Associação foi importante para validar e consolidar a descoberta do Sítio Arqueológico do São Bento ocorrida posteriormente, em 2002. A criação do ecomuseu e sua organização prezaram, desde o princípio, pela associação e conexão em redes que apoiassem suas estratégias de estabelecimento, coadunando com a própria tipologia participativa de um ecomuseu.

O Museu Vivo do São Bento faz parte da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro (REMUS-RJ), que integra instituições de museologia social atuantes no campo da memória, patrimônio e cultura em prol da transformação social. Nesta conexão configura-se o papel do ecomuseu ao integrar e refletir os objetivos dessas instituições através do olhar social para a região. Esta rede de troca de experiências busca fortalecer os vínculos, renovar ações e promover experiências positivas com outros museus da rede REMUS-RJ. O Museu Vivo do São Bento se integra pelo reconhecimento de seu papel social, construindo novas redes de relações e de saberes entre a comunidade e entidades geradoras de trabalhos de patrimônio, resgate e ressignificação de memórias através da educação não formal (ASSUMPÇÃO, 2019).

2.1 O Ecomuseu Museu Vivo do São Bento e a Educação Não Formal

Uma das características do Museu Vivo do São Bento é a convergência existente entre o contexto geográfico, ambiental e histórico onde o museu está inserido e as ações e atividades definidas pela instituição. Criado em função das ações voluntárias de profissionais da rede de educação do município de Duque de Caxias, o ecomuseu

tem cunho na preservação e no reconhecimento da memória local, onde o corpo museal elabora processos de facilitação de senso de pertencimento dos habitantes da região. Conforme Assumpção (2019, p.16), o Museu Vivo do São Bento faz uma simbiose entre “museologia, cultura, educação perspectiva de (re)conhecimento, apropriação, conservação e valoração do patrimônio cultural” na medida em que auxilia na tessitura de novas perspectivas para os indivíduos que dele participam.

Uma das particularidades do Museu Vivo do São Bento é oferecer ampla participação e acesso da comunidade a ele, não somente por intermédio da visitação, mas por ser um museu acessível e vivo, que carrega em sua composição a ressignificação dos saberes que é oriundo dos processos de educação não formal (GOHN, 2014).

De acordo com Nogueira (2018 *apud* CORDEIRO, 2019), a educação não formal estabelece novos campos de produção de conhecimento, fora do ambiente escolar e do ensino regular, dando lugar ao reconhecimento de saberes em prol de causas coletivas, orientando a existência humana. Indo além do modelo de educação centrado na transmissão de conhecimento, a aprendizagem via educação não formal é destacada pela autora como um processo que pode e deve ser ressignificado, já que cada indivíduo apreende as informações processando-as de acordo com sua cultura, reelaborando conceitos de acordo com o contexto e vivência individual.

Em concordância com os conceitos de Gohn (2014, p.40), salientamos a educação como “um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade”.

Considerando a educação não formal como um processo não escolarizável com “(...) natureza, campo e especificidades próprios” (GOHN, 2014, p. 46), podemos reconhecer esta meta no Museu Vivo do São Bento através das atividades propostas no ecomuseu que trazem “a prática do exercício do estranhamento e de desnaturalização para, assim, vivenciar que museu tem em si um mundo de possibilidades e experiências” (ASSUMPÇÃO, 2019, p.99).

Uma das ações de educação não formal promovida pelo Museu Vivo do São Bento é através dos diálogos estabelecidos pelo Programa Agentes do Patrimônio,

coordenado por Risonete Nogueira (CORDEIRO, 2019). Criado em 2010, o programa é voltado para crianças e jovens da região do Grande São Bento. De acordo com o site oficial do Museu Vivo do São Bento⁷, o Programa Agentes do Patrimônio propicia debates sobre educação patrimonial museal de maneira afetiva, proporcionando trocas de experiências, estimulando debates e mediando a construção da identidade discursiva deles. Mais uma vez a instituição estabelece-se como um espaço de educação não formal quando “(...) dialoga com a perspectiva patrimonial e as memórias mais profundas e afetivas que dão sentido à vida dos homens e mulheres...” (NOGUEIRA, 2018 *apud* CORDEIRO, 2019 p.66).

2.2 O Ecomuseu Museu Vivo do São Bento e o Turismo da Região

Ao tratarmos da importância do ecomuseu Museu Vivo do São Bento, é preciso destacar a grandiosidade do patrimônio ali envolvido, que vai desde o histórico, arqueológico, natural, cultural ao científico. Nesse sentido, o ecomuseu torna-se um equipamento de cultura pelos e para os locais bem como um atrativo turístico para os visitantes. De acordo com Alfonso (2012), os museus comunitários e ecomuseus podem ampliar a reflexão sobre a origem e preservação do patrimônio, visto que essas instituições estão integradas à própria comunidade.

Pedrosa (2014) pontua que o ecomuseu diferencia-se de outras tipologias museais pelo seu caráter ativo no desenvolvimento de uma região, visto que este desenvolvimento pode ser ligado ao ganho social e econômico. Na mesma medida, Alfonso (2012) considera a atividade turística como forma de valorizar externa e localmente a existência do patrimônio e sua preservação, além de ser um potencial socioeconômico para a comunidade. Bastos (2005), entretanto, destaca como a educação não formal é peça fundamental para o desenvolvimento da atividade turística através do patrimônio arqueológico. Esses estudos ressaltam, portanto, o potencial social e econômico da atividade turística em ambientes de ecomuseu e sítios arqueológicos, aliando esta atividade ao turismo cultural. Podemos observar essa importância no que o Ministério do Turismo destaca sobre este segmento:

A opção pelo desenvolvimento turístico deve conciliar-se aos objetivos de manutenção do patrimônio, do uso cotidiano dos bens culturais e da valorização das identidades

⁷ Site do Museu Vivo do São Bento, disponível em: < <https://www.museuvivodosaobento.com.br/>>
Acesso em 15 mar. 2022

culturais locais. O uso turístico deve sempre atuar no sentido do fortalecimento das culturas. Assim, a atividade turística é incentivada como estratégia de preservação do patrimônio, em função da promoção de seu valor econômico. (BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006)

Ainda segundo o Ministério do Turismo (2006), as bases que constituem o desenvolvimento do segmento turístico cultural são: a verificação de viabilidade da atividade, realizada por meio de inventário turístico; verificação de valores locais de história identidade e memória, de questões legais culturais, ambientais e turísticas; levantamento de patrimônio cultural material e imaterial; identificação de agentes e parceiros, profissionais, envolvimento das comunidades, tematização: conferindo identidade aos produtos turísticos; aspectos gerais de estruturação do segmento, estrutura física, serviços e atividades; interpretação patrimonial e acessibilidade, agregando valor aos atrativos de acordo com a vocação local.

Dentre esses aspectos, destacamos que a atividade de turismo cultural, como uma possibilidade social e econômica para a localidade, pode se tornar insuficiente, caso não seja delimitada e planejada de maneira direcionada para o segmento. Uma forma de minimizar isso é a organização turística pelo conhecimento da potencialidade do atrativo local, planejando-a através de instrumentos norteadores como o inventário da oferta turística. Segundo Alfonso (2014), a inventariação turística é um elemento que coordena diversas atividades e potencializa recursos, alinhando agendas culturais do território, inclusive diminuindo a possibilidade de vazios e/ou sobrecarga de visitação.

O Museu Vivo do São Bento já resguarda dados, ao longo de sua história, tanto em seu acervo e edificações como em relação às instituições parceiras, tendo um vasto material sobre história oral, fotografias, documentos e ações que podem contribuir com o fomento de informações fundamentais ao desenvolvimento da atividade turística na região.

2.3 Museu Vivo do São Bento: o percurso e seus patrimônios (naturais e edificados)

O percurso, que compõe o ecomuseu Museu Vivo do São Bento, fica localizado numa unidade de conservação de uso sustentável - a Área de Proteção Ambiental (APA São Bento) - instituída por meio de decreto municipal de 1997. Apesar de ser

Bento. Abriga, atualmente, a “Casa da Pesquisadora Marlúcia Santos de Souza”, núcleo de pesquisa sobre a Baixada Fluminense da Fundação Educacional Duque de Caxias (FEUDUC).

A tulha: imóvel amplo utilizado como local de armazenagem da produção da fazenda, que foi reformado na época da implantação do Núcleo São Bento. A tulha foi utilizada como armazém da Secretaria de Obras da Prefeitura de Duque de Caxias, sendo integrada ao Museu Vivo do São Bento apenas em 2008. Infelizmente este imóvel sofreu com as ações do tempo e falta de conservação e desabou em 2019. O espaço seria destinado ao uso cultural do museu, com salas de aulas para oficinas culturais e exposições.

Farmácia: funcionou em sua função original até o século XIX, depois se tornou mais um armazém da fazenda. Já no século XX, retornou a sua função original com uma farmácia de manipulação de quinina, importante no combate as endemias da região. Ainda sob a administração da União, foi também farmácia e posto médico de saúde dos moradores e colonos. Após a extinção do núcleo colonial, na década de 1960, passou para a administração municipal e abrigou projetos de recuperação de jovens em situação de risco. A farmácia só foi integrada à responsabilidade do Museu Vivo do São Bento em 2008 e existe um projeto instalação de uma área museal destinada a apresentar a História da Cidade, da Educação da Cidade e da Baixada Fluminense.

Casarão de Vivenda da Fazenda Iguaçu de São Bento ou Casa de Vivenda do Engenho São Bento do Aguassú: foi construída entre os anos 1754 e 1757. Recebido por Cristóvão Monteiro em 1565, como agradecimento de Estácio de Sá pela defesa da Baía da Guanabara dos Franceses, que culminou na fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Segundo o site do Museu, o prédio de arquitetura colonial, voltada a produção do açúcar no sudeste do Brasil, é o único nestes moldes ainda de pé e relativamente completo, apesar de sua conservação ainda não ser a ideal.

Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor: construída no século XVII, em arquitetura barroca, era capela filial da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, antes parte dos municípios de Duque de Caxias e Belford Roxo. Está sob a administração da Diocese de Duque de Caxias junto a Casa de Formação São Francisco de Assis que fica anexa. Possui exposições que apresentam a trajetória

histórica da Fazenda São Bento e da região, ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, passando pela produção aurífera e cafeeira desenvolvida ao longo desse período.

O Telégrafo: foi uma unidade de telegrafia do governo federal na década de 1950, a serviço do núcleo colonial e à capital do país, à época, o Rio de Janeiro. É citado no site do Museu Vivo do São Bento, que a notícia do fim da segunda Guerra Mundial chegou ao país através dessas instalações, este fato é atribuído pelo museu às pesquisas de Rogério Torres.

A Sede Administrativa do Museu Vivo do São Bento: era espaço de escambo dos colonos e cooperativas do núcleo colonial do São Bento na década de 1940. Uma década depois foi transformada em escola para os filhos dos colonos com o nome de Nísia Vilela Fernandes, esposa do administrador do núcleo colonial. A escola foi municipalizada em 1970 e nos anos de 1990 foi transferida para o prédio da FEUDUC. Atualmente, o prédio abriga um acervo de imagens e objetos que contam a história da cidade de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense, e ainda a administração do Museu Vivo do São Bento, do Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias (CRPH), do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense (CEPEMHED) e do Arquivo Público Municipal.

A Casa do Colono: é o único exemplar do conjunto de casas construídas pelo Ministério da Agricultura na década de 1940, que ainda preserva sua arquitetura original. Construídas para moradia de colonos e de funcionários do Núcleo Colonial São Bento, eram residências simples em formato e cores padronizadas. Com a extinção do Núcleo colonial, na década de 1960, os moradores que permaneceram nas casas com o tempo modificaram seu padrão arquitetônico original. A Casa do Colono é vizinha a sede do Museu, e a pretensão do ecomuseu é musealizá-la para mostrar como era a vida das famílias dos colonos e dos funcionários do Núcleo Colonial.

O Esporte Clube São Bento: já foi casa da farinha da antiga fazenda São Bento do Iguaçu e, nas décadas de 1930 e 1940, serviu de abrigo aos trabalhadores construtores das demais instalações do Núcleo. Foi ampliado no fim da década de 1940 para abrigar o uma área de lazer o Esporte Clube São Bento, um espaço de confraternização local com festas e diversos eventos sociais e culturais. Como espaço

de esportes já recebeu os jogadores de futebol Garrincha e Roberto Dinamite, cuja família é uma das que constituíram o grupo de moradores originais do Núcleo.

O Sítio Arqueológico Sambaqui do São Bento: é formado pela junção de diversas conchas de moluscos, carapaças de crustáceos, ossos de peixes, aves e pequenos mamíferos, que sofreram a ação natural de cobertura de solo e vegetação. Estes vestígios resguardam aspectos da vida dos primeiros habitantes os chamados “Povos do Sambaquis”. O sítio foi redescoberto em 2008 e escavado em 2010 pelo Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB). Foram encontrados dois enterramentos humanos de cerca de 4.000 anos Antes do Presente (A.P) além de artefatos utilizados pela comunidade paleoindígena. O ecomuseu Museu Vivo do São Bento pretende abrigar um complexo de recepção de grupos e de pesquisa dos povos do Recôncavo da Guanabara, inclusive os povos Tupinambás para apoio a este ponto histórico.

Casarão Pan-americano de Febre Aftosa: criado em 1951, a partir de um acordo bilateral assinado entre o governo brasileiro e a Organização dos Estados Americanos (OEA). O casarão atua sob a gestão da Organização das Nações Unidas, a ONU.

Morro da Escadaria ou da Marinha: um conjunto de pequenas elevações que se estendem a partir dos fundos da Sede Administrativa do Museu. Apresenta uma vegetação relativamente preservada e, contém uma trilha em forma de escadaria e mirante.

Estas edificações e recursos podem ilustrar diferentes narrativas que agreguem valor ao percurso do ecomuseu, seja pelo viés de conservação natural, seja pelas dimensões histórica e patrimonial presentes e ainda preservadas. O destaque pela preservação ambiental pode ser a chamada da atividade turística na região, para que traga novos olhares para a região que não sejam o da depredação ambiental.

Richter, Farias e Souza (2019) trazem uma análise da Baixada Fluminense como um polo industrial que ainda preserva suas áreas verdes e o turismo como oportunidade para a região, seja por meio da valorização de produtos ecológicos através de roteiros turísticos, – ainda que evidente as potencialidades e também as fragilidades locais - seja, principalmente, pelo reconhecimento do que as Unidades de Conservação da Baixada Verde podem oferecer. Busca-se, portanto, o resgate através da visitação e disponibilidade de um roteiro ou percurso, que reavive a

memória e ainda ajude a ativar a reflexão do tempo presente. Nesse roteiro/percurso depara-se com o processo de extinção das edificações, que compõem o ecomuseu, devido às ações do tempo, do abandono e da morosidade da chegada de investimentos necessários para preservá-las para que possam cumprir seu papel turístico e de educação não formal de maneira mais harmoniosa, benéfica à comunidade e até de maneira global.

2.4 Atividades Desenvolvidas pelo Ecomuseu Museu Vivo do São Bento

O Museu Vivo do São Bento possui seis projetos principais de atuação na região onde o ecomuseu se localiza, que envolvem educação, cultura, formação e cidadania. Um deles é a capoeira utilizada como um meio de socialização, com público alvo abrangente de crianças, jovens e adultos da região que aprendem a lutar e também tocar instrumentos utilizados para a atividade desta arte marcial. Outro projeto é sobre a leitura, contemplada no objetivo dos encontros nomeados como “Um Museu de Leitores”, projeto que incentiva e promove debates sobre o mundo da leitura e é aberto a todos os públicos.

Já o projeto “Os tempos da Baixada” conta a história do município de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense, além de realizar programas de formação de professores, pesquisadores, estudantes e para o público em geral interessado no processo histórico da Baixada. O curso de formação é definido em cinco módulos que tratam da história do desenvolvimento da Baixada Fluminense e do município de Duque de Caxias, desde o tempo dos povos dos Sambaquis até os dias atuais. Além disso, conta com a participação ativa dos movimentos sociais, culturais, ambientais e pesquisadores da história da Baixada Fluminense, promovendo e valorizando a troca de saberes.

Através do Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias, o ecomuseu Museu Vivo do São Bento realiza a formação continuada de professores, um dos objetivos principais desde a sua fundação. Com cursos sobre a cidade de Duque de Caxias e a Baixada Fluminense, aborda diversos temas sobre patrimônio cultural, histórico e ambiental, além de promover trabalhos de campo. Muitos encontros em grupos são realizados, promovendo palestras, seminários e

debates sempre com temas como: patrimônio, história da região, memória e o meio ambiente.

A educação patrimonial é contemplada no curso “Jovens Agentes do Patrimônio”, realizado desde 2010, voltado para o público de jovens de doze a dezoito anos. O curso é focado na formação identitária e discursiva dos cursistas no que diz respeito a eles mesmo, aos outros e ao ambiente e visa ampliar horizontes através da história local viva. Entre as atividades realizadas com os alunos e o Museu Vivo do São Bento, estão a feira, a biblioteca, a livraria, a visita à igreja católica para conversar com um padre, uma conversa com o babalorixá no terreiro de candomblé, visitas a outros museus tradicionais e populares e ainda viagens aos lugares históricos como Minas Gerais e Paraty. Este programa já contou com o apoio e patrocínio da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, e também da Casa da Moeda, que proporcionou a criação de diversas ações como um curso de teatro, demanda levantada pelos jovens; de capoeira; a construção de uma horta agroecológica nos arredores do ecomuseu e a gravação do documentário “Nós descobrimos esse São Bento: uma aldeia que é de todo mundo”, entre outros projetos.

Outra iniciativa do Museu Vivo do São Bento é a reunião de mulheres da região dos bairros São Bento, Vila do Rosário, Pantanal entre outros e bairros vizinhos, semanalmente, formando o grupo das artesãs, onde há troca de saberes e confecção de produtos artesanais. Os produtos são expostos e vendidos numa sala especialmente reservada para as peças. O acervo produzido é exposto em feiras e eventos museais. O grupo nasceu em 2009 e os encontros eram realizados no salão paroquial do São Bento, pois o ecomuseu ainda não tinha sede. A execução era possível através de uma facilitadora voluntária, que tinha a intenção de construir uma rede de economia solidária para financiamento. A iniciativa era fruto de uma parceria do Museu Vivo do São Bento e uma Organização Não Governamental italiana, que perdurou durante o mesmo ano em que se iniciou a oficina, 2009. Em 2010, com o fim do financiamento da ONG, a mediação e coordenação da atividade ficaram a cargo do ecomuseu e foi se reconfigurando.

Diante de uma crise sanitária instalada no Brasil, ocasionada pela pandemia de Covid-19 (2020/2021), e a falha de diversos agentes públicos no que tange ao enfrentamento da doença, todos estes trabalhos e projetos demandaram

reconfiguração, o que faz valer a vertente a que este ecomuseu se propõe ser: um museu vivo.

Diante da situação da pandemia covid-19, o governo do estado do Rio de Janeiro decretou, a partir de março de 2020, o fechamento e suspensão de atividades presenciais de diversos equipamentos de cultura, também escolas e ainda comércios e atividades consideradas não essenciais. Essa definição estadual afetou diretamente todas as práticas que demandam reuniões de público presenciais, como as ocorriam no Museu Vivo do São Bento: o planejamento do ecomuseu para atividades em 2020, a recepção de pesquisadores, de visitantes, exposições, cursos e todas as ações que estavam programadas.

Os prazos para retorno presencial das atividades estendidos, em função da situação agravada de contaminação no país e no estado do Rio de Janeiro. Devido a isso, a gestão do Museu Vivo do São Bento se viu diante de um novo cenário, em que foi necessário buscar novas formas de atuação e manutenção de vínculos com os grupos formados pelas atividades que baseiam o museu. Além disso, foi necessário inovar e aprimorar o uso de novos canais de comunicação, em ambiente virtual, a fim de reforçar o caráter social do museu e do vínculo com sua comunidade. Foram lançadas diversas ações de aproximação *on line*, usando como meio de comunicação a página oficial do ecomuseu na rede social *Facebook*, grupos de comunicação no aplicativo de mensagens *whats app*.

Em virtude, de novas urgências que surgiram - já que muitos moradores do entorno do museu perderam os meios de subsistência necessitando de auxílio até para se alimentar – o ecomuseu acionou redes de contato para arrecadação e distribuição de mantimentos e cartões de vale alimentação, a fim de diminuir as perdas materiais destas pessoas. A gestão do Museu Vivo do São Bento realizou acompanhamento das famílias de maneira virtual quando possível, visto que muitos nem tinham esta possibilidade seja por falta de acesso à internet ou por falta de um aparelho celular compatível com estas novas aplicações.

Segundo a prestação de contas do ecomuseu de 2020⁸, observamos como foi preciso se reinventar ao redimensionar o vínculo estabelecido entre a instituição e a comunidade do entorno, com os jovens agentes do patrimônio e as mulheres artesãs. Aliado a isso, o ecomuseu precisou conectar com novas redes do meio acadêmico, visto que foi muito requisitado, para através de seus interlocutores, participar de seminários, palestras e diversos eventos *online* de maneira a repensar as atividades do museu.

O curso “Os tempos da Baixada” ganhou versão virtual, amplamente visualizada, com um alcance 1413 visualizações até a realização do relatório anual de 2020. Destacamos que o curso *online* está disponível para acesso gratuito através do canal do *You Tube* oficial de Museu Vivo do São Bento⁹.

Entre tantas atividades *online*, houve o lançamento de *hash tags*, que são palavras precedidas do símbolo # como uma maneira de indexar informações em ambiente virtual, pois proporciona a criação de um *link* clicável, facilitando a busca *online* por determinados assuntos. O ecomuseu lançou a *hash tag* #OlharABaixada, convidando pessoas para darem seus depoimentos, com textos, poesias, vídeos, sobre a Baixada Fluminense, devido à comemoração do dia da Baixada em 30 de abril. As manifestações foram livres, com publicações de personalidades como a professora Marlucia, Diretora do Museu, o vereador Chico Alencar e também diversos agentes de patrimônio formados pelo Museu Vivo do São Bento.

Semanalmente, às terças feiras, o ecomuseu realizou a divulgação do “Patrimônio da Baixada Fluminense”, com fotos de prédios históricos e breve texto com a *hash tag* #PatrimôniosDaBaixada. Desde maio de 2021, em toda quinta-feira, houve uma postagem com lembranças das atividades do ecomuseu, com a demarcação da *hash tag* #MemóriasMVSb uma prática popular na rede social do *Facebook* adaptada à temática do museu.

⁸ Relatório de Prestação de contas (2020). **Nesse tempo de pouso o voo se fez**. Disponível em: <<https://www.museuvivodosobento.com.br/institucional>> Acesso em 22 nov. 2021

⁹ Minicurso Nos Tempos da Baixada, 2020. Publicado pelo canal Museu Vivo do São Bento / CRPH. vídeos: (8h, 39 min. 35 seg.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o5hi_4O8ppl&list=PLD5A8klt709nBRZ5eB6Zb-VGQqcGY6Om9> Acesso em 16 dez. 2021.

Ainda sobre as atividades no período de suspensão das atividades presenciais devido a pandemia covid-19, houve a exposição virtual realizada todos os sábados a partir da segunda quinzena de maio de 2020 das obras do artista Francisco Barboza Leite, já falecido, em comemoração ao centenário dele que ocorreria de maneira presencial.

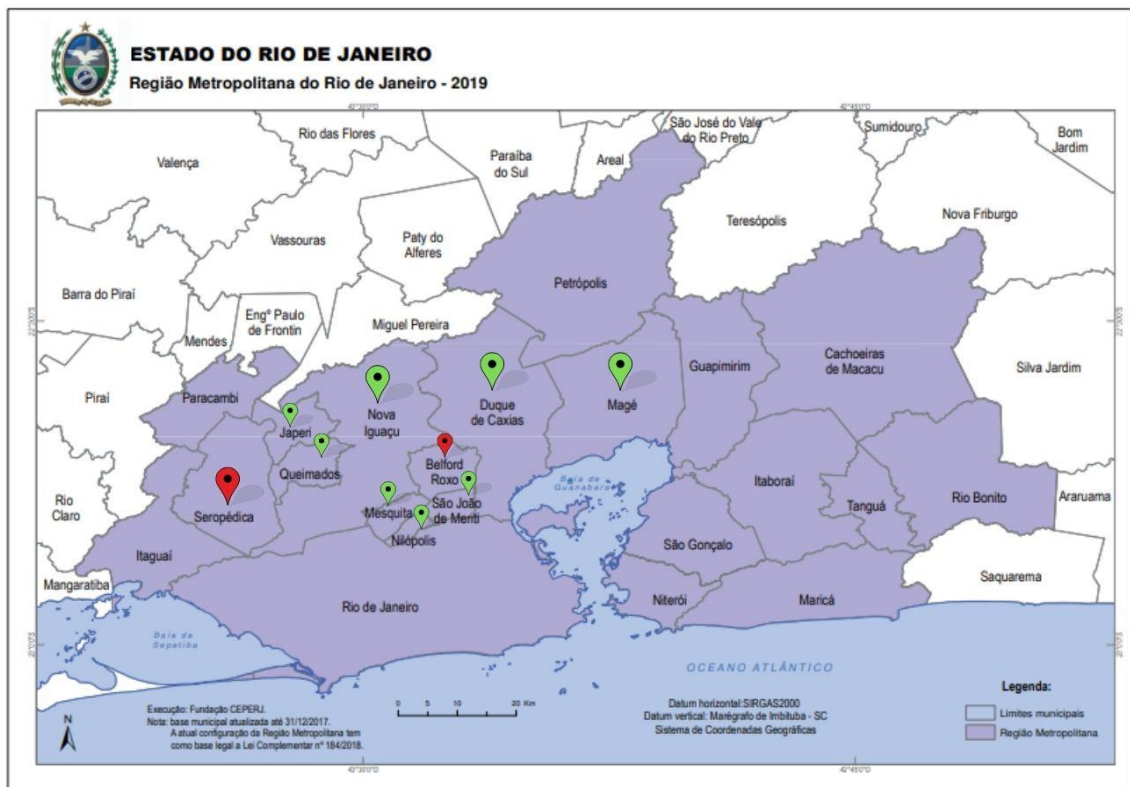
Depreende, ainda, do Relatório de Prestação de Contas do Museu Vivo do São Bento (2020), que o aprimoramento da instituição na comunicação em ambiente virtual e as ações - como a distribuição de alimentos realizada durante este período de crise sanitária e econômica - reforçam que o ecomuseu está sempre aberto a adaptar-se a novos contextos, refazendo seus caminhos sem fugir do planejamento pré-estabelecido. Observamos, também, como a situação da pandemia de Covid-19 motivou o fortalecimento das redes de apoio e a conexão com novos parceiros, como universidades e instituições ligadas à atividade do ecomuseu. Desta maneira, o ecomuseu mostrou uma versatilidade em atender novas demandas levantadas pela crise e pela necessidade de distanciamento social, com a continuidade dos processos típicos da educação não formal, que conforme pesquisa de Gohn (2006, p. 29) “[...] ocorre em ambientes e situações interativos construídos coletivamente [...] mas ela também poderá ocorrer por forças de certas circunstâncias da vivência histórica de cada um.” A ativação das redes de apoio não está presente somente no processo de criação do Museu Vivo do São Bento, mas também no cotidiano da instituição, que se manteve viva em diversos aspectos num momento desafiador de pandemia.

3. O ECOMUSEU MUSEU VIVO DO SÃO BENTO E O PROJETO TURÍSTICO REGIONAL BAIXADA VERDE

Dando ênfase ao conceito de região turística Baixada Verde, esclarecemos que tal divisão é utilizada pelo Governo Federal e aplicada pelo Ministério do Turismo, bem como, pelo órgão máximo do turismo no estado do Rio de Janeiro, a Secretaria de Estado de Turismo, para a realização de ações e políticas públicas voltadas para o setor.

A localização regional do Museu Vivo do São Bento situa-se na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro de acordo com os Cadernos Estudos Regionais e Metropolitanos: o caso da metrópole fluminense, a cidade de Duque de Caxias (2019). Os dados gerados por esta publicação, fruto das pesquisas da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores (CEPERJ), contribuem para que o governo estadual organize e dimensione as políticas públicas para o território do estado do Rio de Janeiro (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2019). Entretanto para esta pesquisa, devido às características e propostas a serem abordadas sobre o Museu Vivo do São Bento, consideramos apenas a divisão regional turística. Como ilustração, utilizamos o mapa do CEPERJ, demarcando as cidades que compõem a Baixada Verde, conforme pode ser visualizado na figura 2.

Figura 2: Mapa com a demarcação da Baixada Verde.



Fonte: compilação da pesquisadora dos dados dos CADERNOS ESTUDOS REGIONAIS E METROPOLITANOS: o caso da metrópole fluminense (2019).

Toda a demarcação em lilás no mapa compreende a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. As setas em verde marcam os oito municípios componentes da região turística Baixada Verde e as setas em vermelho, outros dois municípios que a princípio fazem parte da região turística, porém não cumpriram o que foi

estabelecido no Programa de Regionalização do Turismo Brasileiro, do MTur, conforme explicaremos em seguida.

O modelo de região turística segue o padrão determinado pelo Governo Federal, estabelecido desde 2004, através do Ministério do Turismo. O órgão propõe, no Programa de Regionalização do Turismo Brasileiro (2013), as regras para que os municípios possam ser incluídos em programas e ações federais e participem do mapa do turismo brasileiro, relacionando-se com órgãos e entidades nacionais, estaduais e municipais ligadas à atividade turística. Segundo o Programa (2013, p.6): “As regiões turísticas são territórios que possuem características similares e/ou complementares e aspectos em comum (identidade histórica, cultural, econômica e/ou geográfica). Geralmente esses territórios são compostos por vários municípios”. Segundo o Ministério do Turismo (2017) estes preceitos objetivam dar protagonismo aos entes federativos, organizando as políticas públicas que proporcionam o desenvolvimento da atividade turística.

Em 2017, observando a política nacional do turismo, profissionais das pastas governamentais de turismo de diversas cidades da Baixada Fluminense, reuniram-se em formato inicial de Fórum de Turismo, estabelecendo um diálogo mais próximo com a Secretaria de Estado de Turismo e o SEBRAE. Ainda em 2017, a região turística até então chamada de Baixada Fluminense, também pelo órgão máximo do turismo, foi renomeada Baixada Verde, com base na constatação da Secretaria de Estado de Turismo durante um fórum de turismo sobre as áreas verdes conservadas na região metropolitana do Rio de Janeiro, aproximadamente um terço, está concentrado na Baixada Fluminense: nos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Nova Iguaçu, Nilópolis, Magé, Mesquita, Queimados, São João de Meriti, Seropédica (Site O Globo, 2019).

Com a finalidade de estabelecer melhor comunicação entre os municípios e desenvolvimento conjunto das políticas públicas municipais e regionais para até então região turística Baixada Fluminense, houve a mudança na nomenclatura, conforme exposto por Fogaça *et al* (2020 n.p.):

Uma das primeiras ações deste grupo foi deliberar pela mudança de nome da região turística de Baixada Fluminense para Baixada Verde; uma aposta discursiva para reverter a imagem negativa associada à Baixada Fluminense, lançando mão de uma inegável riqueza natural presente neste território.

A ação foi autorizada e apoiada pelos governos municipais pertencentes à região. Essa ação traduz e reforça a vocação turística do Museu Vivo do São Bento, por estar situado no município de Duque de Caxias, estendendo-se a sua dimensão histórica e ambiental. Conectar municípios e trabalhar conjuntamente com recursos existentes demanda do poder público, ações de recuperação e investimentos em sistemas básicos que servem à atividade turística e aos moradores da localidade, como o sistema de transporte, de saúde, de segurança pública, entre outros que compõem o sistema de turismo (Sistur) em suas diversas dimensões.

Em virtude do cumprimento de regras estabelecidas e atualizadas bienalmente pelo Ministério do Turismo, que até então exige a participação paritária entre entes governamentais e sociedade civil organizada, criaram-se e/ou foram reativados conselhos de turismo municipal de cada cidade. Com o estabelecimento do conselho de turismo regional, estas entidades são chamadas de Instâncias de Governanças de Turismo. Trata-se de um grande esforço conjunto para o entendimento da importância da atividade turística organizada e sustentável, que não só pode como tem o dever de minimizar impactos negativos na localidade e ainda atrair investimentos federais para a região, na busca de beneficiar diversos atores desta atividade, principalmente os moradores.

O Conselho de Turismo da Região Baixada Verde é composto por entes dos governos municipais das cidades da região, entidades da sociedade civil organizada que se correlacionam com a atividade turística e o Observatório de Turismo da Baixada Verde da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). O Observatório, criado em função da necessidade regional, tem o papel fundamental nesta missão e funciona em formato de projeto de extensão do curso de Bacharelado em Turismo da UFRRJ, campus Nova Iguaçu.

Com o apoio dos governos municipais da região, o Observatório vem ao longo dos últimos cinco anos realizando o inventário da oferta turística regional em trabalhos de campo em cada município. Em 2019, a cidade de Duque de Caxias recebeu a visita da equipe de alunos e professores do Observatório, que inventariaram pontos de interesse turísticos e atrativos (Jornal Extra, 2019). Foi contemplado neste instrumento

de gestão turística, o chamado inventário da oferta turística da região do Grande São Bento, onde o Museu Vivo do São Bento está localizado.

Assim como o ecomuseu integra a região do São Bento em diversos aspectos já expostos, a atividade turística em sua complexidade exige a compreensão destes aspectos na busca de equipamentos turísticos (meios de hospedagem, comércio, agências de turismo receptivo, serviços de transporte, saúde entre outros) que possam atender de maneira razoável à demanda de turistas. O inventário da oferta turística é importante instrumento de gestão e expõe a situação real de prédios históricos, acesso por via transporte público, oferta de serviços e de produtos na localidade dentre outros aspectos. A utilização deste instrumento pode apoiar decisões, dar enfoque e abrir novas possibilidades de investimentos, por exemplo, para empreendedores da localidade.

O debate sobre a atividade turística na região da Baixada Verde se entrelaça com a reflexão promovida pela educação não formal, especificamente promovida pelo Museu Vivo do São Bento, com o objetivo de consolidar novos caminhos para a região, que não seja o reforço de estigmas de uma região desprovida de cultura. Buscamos, dessa forma, a compreensão da preservação e promoção das potencialidades locais, que podem e devem ser trabalhados mediante sensibilização de atores governamentais e sociedade civil organizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa procurou evidenciar as estratégias e processos, inclusive os oriundos da educação não formal construídas e exercidas constantemente nas atividades no Museu Vivo do São Bento, sobretudo durante a pandemia. O resultado do trabalho desenvolvido pelo Museu Vivo do São Bento é consequência da pressão popular, resultante das ações de organismos em torno da preservação do patrimônio, memória e história da região. A abordagem turística da Baixada Verde evolui pautada na vertente participativa.

Procuramos ressaltar a nova abordagem turística para a região da Baixada Fluminense delimitada como Baixada Verde. Sendo o Museu Vivo do São Bento, localizado dentro de uma APA, em Duque de Caxias, cidade que participa ativamente da região da Baixada Verde, identificamos um debate modernizante sobre a região,

ao repensar novas possibilidades de promoção e desenvolvimento da atividade turística em consonância com as legislações turísticas pertinentes em vigência com foco numa ação participativa entre governo e sociedade civil organizada.

No resgate histórico do Museu Vivo do São Bento abordado por este estudo de caso, reforçamos os processos de educação não formal, de visitação e a disponibilidade de um roteiro ou percurso visitável e de projetos como “Jovens Agentes do Patrimônio”

Nesse processo, apontamos o esforço do ecomuseu de tornar acessível importantes fatos da história da região, na tentativa de dirimir narrativas negativas que permeiam o cotidiano e o imaginário da população e de divulgar as ameaças ao patrimônio natural e histórico ali presentes no passado e no presente. Trouxemos o ecomuseu para o debate, a partir de processos de inventariação turística, do envolvimento de organismos de participação paritária, como os conselhos de turismo regional e municipal, o turismo na região turística Baixada Verde. Com essa análise procuramos apresentara Baixada Verde com suas potencialidades, sem negar suas fragilidades, mas divulgando diversos pontos de interesse turístico como o ecomuseu Museu Vivo do São Bento. Ao trabalhar o Museu Vivo do São Bento através do turismo, reforçamos os processos educativos já existentes e contribuir com novas perspectivas para o desenvolvimento da atividade na localidade e na região

Este estudo é apenas um viés de pesquisa que pode envolver o patrimônio existente na Baixada Verde, o contexto do ecomuseu no exercício da educação não formal e da abordagem turística. Pensar na abordagem turística para a região da Baixada Verde aliada a presença do ecomuseu torna-se possível desde que levantadas por meios de instrumentos oficiais já existentes, como o inventário da oferta turística, por instituições consolidadas como a universidade, reconhecendo vocações e nivelando expectativas de acordo com a realidade, a fim de prospectar caminhos de aprimoramento desta oferta.

Desta maneira não há neste estudo um esgotamento dos assuntos abordados, sendo possível, por exemplo, a aplicação de estudos de levantamento de dados de visitação do Museu Vivo do São Bento, de resultados dos projetos do ecomuseu na área da educação não formal, do patrimônio resguardado pelo Museu Vivo do São Bento. Outros aspectos podem ser investigados continuamente como pesquisas sobre o conhecimento da população da Baixada, sobre a demanda turística da região, sobre a criação de incubadoras de negócios regionais para os moradores do entorno de

museus e outros equipamentos de cultura, entre outros. Portanto destacamos as possibilidades de abordagem de investigação científica variadas.

REFERÊNCIAS

ALFONSO, Louise Prado. **Arqueologia e Turismo: sustentabilidade e inclusão social**. 2012. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. DOI:10.11606/T.71.2012.tde-16012013-141541. Acesso em:12 abr. 2022.

ASSUMPÇÃO, Tatiane. **Seu lugar é no museu**. Rio de Janeiro, RJ: Multifoco, 2019.

BARBUY, Heloisa. **A conformação dos ecomuseus: elementos para compreensão e análise**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 209-230, 1995. DOI: 10.1590/S0101-47141995000100019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5323>. Acesso em: 12 abr. 2022.

BASTOS, Rossano Lopes. **Patrimônio Cultural Arqueológico: Instrumento De Desenvolvimento Turístico**. Cadernos do LEPAARQ -Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. V. II, nº3. p.64-77. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jan/Jul. 2005. DOI: [HTTPS://DOI.ORG/10.15210/LEPAARQ.V2I3.1046](https://doi.org/10.15210/LEPAARQ.V2I3.1046). Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/1046> Acesso em: 23 dez. 2021

BEZERRA, Nielson Rosa; BARÃO, Gilcilene de Oliveira Damasceno; RIBEIRO, Paula. **Movimentos populares e museologia social: a experiência do Museu Vivo do São Bento em Duque de Caxias**, RJ. Revista Educação e Cultura Contemporânea. V. 17, n. 50, 2020. PPGE/UNESA. Rio de Janeiro. [HTTP://DX.DOI.ORG/10.5935/2238-1279.20200089](http://dx.doi.org/10.5935/2238-1279.20200089) Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewArticle/8709> Acesso em 12 abr. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo cultural: orientações básicas / Ministério do Turismo, Coordenação - Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em: <http://www.santoandre.sp.gov.br/biblioteca/pesquisa/ebooks/410542.pdf> Acesso em 23 dez. 2021

BRAZ. Antônio Augusto, ALMEIDA, Tania Mario Amaro de. **De Merity a Duque de Caxias: Encontro com a História da Cidade**. 2ª ed. 2019. Duque de Caxias, RJ: APPH-Clio, 2010. Disponível em: <https://lurdinha.org/site/livro-de-merity-a-duque-de-caxias-um-encontro-com-a-historia-da-cidade-download/> > Acesso em 12 abr. 2022.

BRULON, Bruno. **A Invenção Do Ecomuseu: O Caso Do Écomusée Du Creusot Montceau-Les-Mines e a Prática Da Museologia Experimental**. Mana, v. 21, n. 2, p. 267-295, 2015. DOI: [HTTP://DX.DOI.ORG/10.1590/0104-93132015V21N2P26](http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015V21N2P26). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p267>. Acesso em 12 abr. 2022.

BRULON, Bruno. **A invenção e a reinvenção da Nova Museologia**. Anais do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro, v. 47, p.255-278, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/29038070/A_inven%C3%A7%C3%A3o_e_a_reinven%C3%A7%C3%A3o_da_Nova_Museologia> Acesso em 28 mar 2022.

CORDEIRO, Tatiane Oliveira de Assumpção. As dimensões da construção social do patrimônio no Museu Vivo do São Bento. Entrevistado: Risonete Nogueira. **Cadernos do CEOM**: Revista do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, v.32, n.51, p. 59-69.10 fev. 2019. DOI: <https://doi.org/10.22562/2019.51.04>. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/4824>> Acesso em: dia 25 abr. 2022.

DUARTE, Alice. **Nova Museologia**: Os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. Revista Museologia e Patrimônio. PPG-PMUS Unirio/MAST, v.6, n.1, 2013. Disponível em <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/248> Acesso em 12 abr. 2022.

DUQUE DE CAXIAS (RJ). Lei nº 2224/2008. **Institui a criação do museu de percurso no município de Duque de Caxias com a denominação de Museu Vivo do São Bento e efetiva o tombamento dos Lugares de Memória e das edificações patrimoniais do percurso**. Duque de Caxias, RJ: Câmara Municipal de Duque de Caxias, 2008. Disponível em <https://www.cmdc.rj.gov.br/?p=1005> Acesso em 12 abr. 2022.

FOGAÇA, Isabela Fátima; MENDONÇA, Teresa Cristina; COSTA, Maria Angélica Maciel; CATRAMBY, Teresa Cristina Viveiros. **Observatório de turismo e lazer da Região Turística Baixada Verde**: experiência e resultados. Caderno Virtual de Turismo, v. 20, n. 1, 2020. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1754> Acesso em 12 abr. 2022.

GALDO, Rafael. **Projeto vai mapear cachoeiras e parques com grande potencial turístico em dez cidades da Baixada**. Site O Globo, Rio de Janeiro, 23 jun. 2019. Rio. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/rio/projeto-vai-mapear-cachoeiras-parques-com-grande-potencial-turistico-em-dez-cidades-da-baixada-23758267> >. Acesso em 10 maio 2022.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan. /Mar. 2006. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-40362006000100003> Acesso em: 21 abril. 2022

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos**. Revista Investigar em Educação. Série II, n.1, 2014, p.35-50. Disponível em: <http://pages.ie.uminho.pt/inved/index.php/ie/article/view/4> Acesso em: 21 abril 2022

MESA-REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE. 1972/ICOM. Revista Museu, Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/museologia/3-1972-icom-mesa-redonda-de-santiago-do-chile.html> Acesso em 12 abr. 2022.

MPF assegura que Área de Proteção Ambiental São Bento (RJ) não sofra exploração de minerador. Racismo Ambiental. Destaque, Racismo Ambiental, Combate Racismo Ambiental. 16 abr. 2018. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2018/04/16/mpf-assegura-que-area-de-protecao-ambiental-sao-bento-rj-nao-sofra-exploracao-de-mineradora/> Acesso em 25 abr. 2022.

NASCIMENTO, Aline Souza do. **Museu Vivo do São Bento: Um Diálogo com as Memórias Negras na Construção de Novas Narrativas Sobre a Cidade de Duque de Caxias**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, 2018. Disponível em: http://dippg.cefet-rj.br/pprer/attachments/article/81/105_Aline%20Souza%20do%20Nascimento.pdf Acesso em 25 abr. 2021

NUNES, Marcus. **Caçadores de tesouros: universitários fazem inventário de atrações da Baixada**. Jornal Extra, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/cacadores-de-tesouros-universitarios-fazem-inventario-de-atracoes-da-baixada-24020310.html> Acesso em 25 abr. 2022.

PEDROSA, António de Sousa. **Os ecomuseus como elementos estruturantes de espaços culturais e dinamizadores de estratégias de turismo local**. *Cuadernos de Geografía - Revista Colombiana de Geografía*, v. 23, n. 2, p. 203-219, 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281830704013> Acesso em 25 abr. 2022.

RICHTER, Monika; FARIAS, Heitor Soares de; SOUZA, Elizabeth Maria Feitosa da Rocha de (org.). **Unidades De Conservação Da Baixada Fluminense: Contribuições Para Consolidação da Baixada Verde**. Curitiba: Appris, 2019.

RODRIGUES, Adriano. **De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90'S): Economia e território em processo**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro. UFRJ, 2006. Disponível em: <http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/41> Acesso em: 25 abr. 2022.

ROSA, Mana Marques. **Narrativas patrimoniais e discursos museológicos: sobre as formas de representação dos patrimônios culturais**. Sem data. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás. Disponível em: https://evento.ufal.br/anaisreaabanne/gt11_i.php Acesso em 25 abr. 2022.

SANTOS, Marlucia. Museu Vivo do São Bento... um lindo trabalho de preservação. [Entrevista cedida a] Canal Daqui pra Frente Baixada Fluminense - 40º Capítulo, 1 vídeo (15 min, 53 seg.). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=tAvaOjlcX6U> Acesso em 12 abr. 2022.

SANTOS, Suzy da Silva. **Ecomuseus e Museus Comunitários no Brasil: estudo exploratório de possibilidades museológicas.** 2017. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Doi:10.11606/D.103.2017.tde-13122017-091321. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-13122017-091321/pt-br.php>> Acesso em: 25 abr. 2022

SCHEINER, Tereza Cristina. **Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan-abr. 2012. <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/cSJ5xdKWRhL9fQTfkQvyJMc/?lang=pt#> Acesso em 25 abr.2022.

SIMÃO, Lucieni de Menezes. ANDRADE E SOUZA, Karoline Coelho de (org.) **A Casa Da Memória Da Rede Fitovida: Estratégias Associativas De Grupos Comunitários De Saúde Em Busca Do Registro De Patrimônio Imaterial.** DOI: 10.22533/at.ed.2701916094. Utopias e distopias da Ciência Política. Ponta Grossa, PR, p.42-51. Atena Editora, 2019. Disponível em <https://www.atenaeditora.com.br/arquivos/ebooks/utopias-e-distopias-da-ciencia-politica> Acesso em 26 abr. 2022.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense.** Tese apresentada ao Programa Pós Graduação Em Geografia Do Departamento De Geografia Do Instituto De Geociências Da Universidade Federal Fluminense, Doutorado Em Geografia. Niterói: UFF, 2007. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=59980 Acesso em 12 abr. 2022.